

_ continua-★ _

COMPANHIA PERAMBUCANA GÁS - CO-OPERGÁS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | | | | | | | | | | Demonstrações do Fluxo de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | | | | | | | | | |
|---|------------------|-------------------|---------------------|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Reserva de Lucros | | | | | Dividendos a | | | | | Atividades Operacionais | | | | | Atividades de Investimento | | | | |
| | Capital Integral | Reserva de Lucros | Reserva de Retenção | Total dos Lucros | Dividendos a | Dividendos a | Dividendos a | Dividendos a | Dividendos a | Atividades Operacionais | Atividades Operacionais | Atividades Operacionais | Atividades Operacionais | Atividades Operacionais | Atividades de Investimento | Atividades de Investimento | Atividades de Investimento | Atividades de Investimento | Atividades de Investimento |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 |
| Saldo em 1º de janeiro de 2023 | 227.579,17 | 17.918,62 | 14.105,51 | 62.024,13 | 12.562,216 | 12.562,216 | 12.562,216 | 12.562,216 | 12.562,216 | 95.623,874 | 86.668,283 | 95.623,874 | 86.668,283 | 95.623,874 | 86.668,283 | 86.668,283 | 86.668,283 | 86.668,283 | 86.668,283 |
| Dividendos Adicionais Propostos Aprovados | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de Capital Social | 13.745,190 | (13.745,190) | - | - | (13.745,190) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição de reserva de Incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendo complementar ao mínimo obrigatório | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | 234.272,769 | 18.860,684 | 48.654,554 | 127.562,216 | 193.277,454 | 49.538,951 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos adicionais propostos aprovados | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital social | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 14º Aço de 26/12/2023 | 8.708,436 | (8.708,436) | - | - | (8.708,436) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajuste da reserva de Incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição de reserva de Incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 242.981,205 | 14.986,111 | 48.596,241 | 127.562,216 | 191.144,568 | 52.929,401 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

NOTAS EXPLICATIVAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL - OBJETO SOCIAL: A Companhia Perambucana Gás - CO-OPERGÁS ("Companhia") tem como atividades preponderantes a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados à execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados ao setor de gás. Constituída em 17 de setembro de 1992, a Companhia é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual nº 13.745, de 1994. A Companhia possui autorização para operar no prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo Estado de Pernambuco, conforme contrato de concessão de 5 de novembro de 1992. O endereço da Companhia é Av. Conselheiro Aguiar, nº 1.468, 2º andar, Recife/PE. Alteração de scelenta: Com a elevação da venda de 51% das ações da Petrosbras Gás S.A. (Gaspetro) para a Compas Gás e Energia S.A. (G), foi comunicada ao mercado, em 11/07/2024, a alteração da razão social da Gaspetro para Compas Gás e Energia S.A. (G). A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que continua sendo a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços relacionados ao setor de gás. A alteração da razão social da Gaspetro não altera o objeto social da Companhia, que

Os Administradores da companhia mantiveram a provisão esperada de crédito de liquidação duvidosa com base em acompanhamento das perdas ocorridas nos últimos 5 anos, e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (b) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha obrigação presente legal ou construtiva de pagar esses montantes em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (c) **Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. (d) **Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP e estão sendo divulgadas como informação financeira suplementar. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** A composição do Caixa e seus equivalentes, apresentadas no Ativo Circulante, são:

| | | | | | |
|---|------------------------------------|----------------------|-----------------------|--------------------|----------------------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 35.426.623 | 80.733.827 | | | |
| Aplicações financeiras (a) | 120.624.005 | 10.133.161 | | | |
| Total de Caixa e Equivalentes de Caixa | 156.050.628 | 90.866.988 | | | |
| (a) As aplicações financeiras são realizadas observando a Norma Intercâmbio de Investimentos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração, que prevê a aplicação em CDB's (Certificado de Depósito Bancário) referenciados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Em 31/12/2023 essas aplicações financeiras estão sendo rentabilizadas em média a 104% do DI (2022 - 104%). As mesmas são efetivamente usadas no dia a dia das atividades da Companhia possuindo liquidez imediata e não há risco significativa de cliente: | | | | | |
| 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES: | | | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| TERMOPEARNABUCO S.A. (a) | 26.697.349 | 43.639.498 | | | |
| Clientes do segmento industrial | 56.745.213 | 51.355.336 | | | |
| Clientes do segmento varejo | 18.854.636 | 17.855.342 | | | |
| Clientes do segmento autoprodutor | 24.427.066 | 108.718.909 | | | |
| Outros | 41.670.143 | 35.012.458 | | | |
| Total de contas a receber | 168.394.407 | 256.581.543 | | | |
| (-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (b) | (3.076.797) | (20.168.902) | | | |
| Circulante | 165.317.610 | 236.412.641 | | | |
| (a) Os valores correspondentes às vendas de gás natural junto a TERMOPEARNABUCO são faturados mensalmente, com vencimento da parcela de Transporte até o 15º dia seguinte ao mês de consumo e as parcelas de Commodity e Remuneração COPERGÁS em 30 dias contados do primeiro dia do mês seguinte ao mês de consumo. A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte: | | | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| A vencer | 145.189.200 | 139.856.055 | | | |
| Vencidos até 90 dias (b) | 9.712.734 | 6.729.659 | | | |
| Vencidos há mais de 90 dias (b) | 13.492.473 | 109.995.838 | | | |
| Total | 168.394.407 | 256.581.543 | | | |
| (b) Durante avaliação dos valores a receber a Companhia realizou a provisão para perdas por redução do valor recuperável. | | | | | |
| 6. TRIBUTOS: (a) Tributos a Recuperar: Circulante: | | | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Crédito PIS/Cofins (a) | 6.970.108 | 2.394.958 | | | |
| Saldo negativo - IRPJ/CSLL (b) | 43.595.854 | 35.501.013 | | | |
| IRRF (c) | 6.071.113 | - | | | |
| ICMS (d) | 7.767.157 | 6.805.558 | | | |
| Outros | 38.122 | 37.424 | | | |
| Total | 64.442.944 | 44.648.953 | | | |
| (a) Crédito de PIS/COFINS decorrente da amortização do ativo intangível, amortização de arrendamento mercantil e referente na fonte. (b) Tanto o IRPJ como a CSLL apresentaram saldo negativo na apuração do Lucro Real de 2023 e 2022. Tais valores serão utilizados em compensações no exercício subsequente. (c) Imposto de Renda Retido na Fonte decorrente das operações com cliente do segmento autoprodutor, para compensação em 2024. (d) Saldo composto principalmente dos créditos sobre aquisições de bens permanentes. | | | | | |
| Não Circulante: | | | | | |
| Crédito PIS/Cofins (e) | 1.343.257 | 1.527.999 | | | |
| Exclusão do ICMS de base de cálculo do PIS/COFINS (f) | 211.210.355 | 197.770.885 | | | |
| Outros | 67.122 | 63.849 | | | |
| Total | 212.620.734 | 199.362.733 | | | |
| (e) Crédito de PIS/COFINS sobre amortização de arrendamento mercantil. (f) Em 2016, a ABEGAS (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado) ajudou ação declaratória e ação de repetição de indébito em face da União, em substituição aos seus associados, ai se incluindo a Copergás, cujo objeto envolve a discussão acerca da exclusão do ICMS de base de cálculo do PIS/COFINS. A ação de repetição de indébito ainda não teve seu trânsito em julgado. Dentre 2021 e 2022 foi reconhecido um montante de créditos de R\$ 177.008 mil, que vem sendo atualizado monetariamente pela SELIC. | | | | | |
| 6.2 Tributos a Pagar: | | | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| ICMS a recolher - Regime normal | 2.244.930 | 729.151 | | | |
| ICMS a recolher - Diferencial de alíquota | 238.808 | 64.793 | | | |
| PIS/COFINS/IRPJ e Contribuição Social | 3.816.089 | 382.237 | | | |
| IRRF - Folha de pagamento | 645.775 | 516.582 | | | |
| IRRF - Juros sobre Capital Próprio | 3.752.715 | 2.385.047 | | | |
| INSS - Folha de pagamento | 854.811 | 711.393 | | | |
| INSS retido na Fonte | 402.879 | 223.230 | | | |
| ISS retido na fonte | 456.608 | 262.778 | | | |
| ISS a recolher | 1.221.353 | 543.945 | | | |
| Total | 14.022.637 | 11.019.893 | | | |
| 6.3 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro: (i) Subvenções governamentais: A Companhia vem usufruindo do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicional não restituível incidente sobre o lucro da exploração. Tal benefício teve início em 1º de janeiro de 2014 e esteve vigente até 31 de dezembro de 2023 conforme Ato Declaratório Executivo DFRREC nº 62 (publicado no D.O.U. de 28/04/2012) em que a RFB declarou reconhecido o direito da Copergás. Em 28 de dezembro de 2019, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o Laudo Constitutivo 0279/2019, que concedeu à Copergás benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 2.568.965.000 m³/ano por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano calendário de 1º de janeiro de 2019, considerando as atividades de produção, de tratamento e de distribuição do gás natural em tubulações. De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2012, a Copergás protocolou no decorrer de 2021, junto à Receita Federal do Brasil - RFB o Pedido de Reconhecimento de direito à redução do IRPJ. Conforme disposição da Lei nº 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da Companhia, na rubrica de Imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício é transferida para a reserva de incentivos fiscais (Reserva de Lucros), para posterior integralização ao Capital Social da Companhia. (ii) Imposto de renda e contribuição social: A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada: | | | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| IR | 114.659.466 | 114.659.466 | 99.223.230 | 99.223.230 | |
| CSLL | 99.223.230 | 99.223.230 | 99.223.230 | 99.223.230 | |
| Adições e exclusões permanentes: | | | | | |
| Brindes e patrocínios | 600.685 | 650.685 | 695.139 | 695.139 | |
| Provisões não dedutíveis | 27.101.980 | 27.101.980 | 39.950.776 | 39.950.776 | |
| Reversão de provisões | (39.876.838) | (39.876.838) | (83.717.331) | (83.717.331) | |
| não dedutíveis | 102.401 | 102.401 | 172.201 | 172.201 | |
| Resultado Líquido de adequação ao CPC 06 (R2) | - | - | (2.140.263) | (2.140.263) | |
| PIS/COFINS sobre base de cálculo do ICMS | (30.142.291) | (30.142.291) | (19.157.007) | (19.157.007) | |
| Juros sobre Capital Próprio | - | - | - | - | |
| Total | 72.495.403 | 72.495.403 | 35.026.745 | 35.026.745 | |
| Alíquota nominal do imposto de renda (1) e contribuição social | 25% | 9% | 25% | 9% | |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido | (18.099.850) | (6.524.588) | (8.732.686) | (3.152.407) | |
| Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício: | | | | | |
| (-) Incentivo PAT/LEI Rouanet/Outros | 866.481 | - | 717.419 | (27.285) | |
| Imposto de renda e contribuição social (17.243.369) (6.524.588) (8.015.267) (3.179.692) | | | | | |
| (-) Incentivo Fiscal SUDENE | 10.810.496 | - | 14.687.247 | - | |
| Imposto de renda e contribuição social (6.432.873) (6.524.588) 6.671.960 (3.179.692) | | | | | |
| (1) Esta alíquota já foi considerada na apuração do Imposto de Renda sobre o lucro exercido de R\$ 240.000.000. | | | | | |
| 7. DÉBITOS E CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E COMPRA DE GÁS: Os débitos provenientes do recebimento de valores de clientes referente a quantidade de gás paga e não retirada a título de Take or Pay (ToP) previsto no contrato de venda de gás natural, firmado entre a Companhia Pernambuco de Gás - COPERGÁS e seus clientes do mercado não termoeletrônico, podendo ser recuperado pelo cliente, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o montante a ser recuperado pelos clientes é de R\$ 30.811.326 (2022 - R\$ 17.819.809). Créditos nas operações de compra de gás: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia saldo de créditos nas operações de compra de gás que se referia ao pagamento antecipado aos fornecedores referente a quantidade de gás paga e não retirada. As quantidades pagas e não retiradas poderão ser recuperadas de acordo com os contratos firmados junto aos fornecedores e no limite do valor do depósito corrigido pela variação do preço do gás. Para o contrato de compra e venda de gás para a TERMOPEARNABUCO, o prazo de recuperação e pagamento das quantidades pagas e não retiradas se dá até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração da quantidade paga e não retirada de um determinado ano. Após o término do contrato, incluída as hipóteses de prorrogação, excetuando a hipótese de rescisão provocada pela TERMOPEARNABUCO, os saldos de quantidades pagas e não retiradas serão recuperados - Até o limite da QDC ou aquele que venha a ser acordado entre a Copergás, TERMOPEARNABUCO e a Interventora Petróbras - No prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias seguintes ao do término do contrato. | | | | | |
| 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS: | | | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Processos trabalhistas | 22.446 | 24.268 | | | |
| (a) Processo nº 2004.83.00.006156-0 | 389.190 | 370.292 | | | |
| Processo nº 10480.012750-021-01 | 8.330.702 | 7.931.005 | | | |
| Processo nº 040271700722101135 | 241.555 | 241.555 | | | |
| Outros | 3.297.406 | 3.247.748 | | | |
| Total | 12.281.299 | 11.814.868 | | | |
| (a) Processo de reconhecimento da isenção do IRPJ; (b) Depósito em favor da Brasilencop confilado detalhado na Nota Explicativa 24. | | | | | |
| Movimentação dos depósitos judiciais: | | | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Saldo no início do exercício | 11.814.868 | 17.466.633 | | | |
| Adições e atualização monetária | 468.254 | 81.710.566 | | | |
| Baixas | (1.823) | (87.362.330) | | | |
| Saldo no final do exercício | 12.281.299 | 11.814.868 | | | |
| 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS: | | | | | |
| Ativo: | | | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| IRPJ Diferido | 443.808 | 4.913.022 | | | |
| CSLL Diferida | 158.771 | 1.768.688 | | | |
| Total | 602.579 | 6.681.710 | | | |
| Passivo: | | | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| IRPJ Diferido | 34.681.535 | 34.681.535 | | | |
| CSLL Diferida | 12.485.392 | 12.485.392 | | | |
| Total | 47.166.887 | 47.166.887 | | | |
| Composição do Intangível: | | | | | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Custo | 166.200 | 166.200 | | | |
| Amortização Acumulada | (85.699) | (85.699) | | | |
| Valor Líquido | 80.501 | 80.501 | | | |
| Terrenos | 1.064.147 | 1.018.982 | | | |
| Edificações | 5.593.075 | 5.256.940 | | | |
| Bens em imóveis de terceiros | 5.706.549 | 5.716.723 | | | |
| Instalações | 635.403.245 | (405.214.085) | 230.189.160 | 534.444.471 | (370.939.824) |
| Móveis e utensílios | 2.744.415 | (2.245.059) | 499.356 | 2.721.227 | (2.111.240) |
| Máquinas e equipamentos | 6.268.965 | (3.938.014) | 2.330.951 | 5.828.805 | (3.455.131) |
| Equipamentos de informática | 25.892.994 | (13.941.115) | 11.951.881 | 22.690.022 | (12.006.479) |
| Obras em andamento | 100.190.543 | - | 100.190.543 | 97.168.561 | - |
| Participação financeira | 11.269.457 | (8.338.278) | 2.931.179 | 11.269.457 | (7.312.207) |
| Total | 794.307.587 | (439.494.562) | 354.847.029 | 981.197.316 | (401.298.184) |
| Taxa de amortização % a.a. | Saldo inicial em 01/01/2023 | Adições | Transferências | Baixas | Saldo final em 31/12/2023 |
| Pesquisa e desenvolvimento | 10 | 166.200 | - | - | 166.200 |
| Terrenos | 10 | 1.018.982 | 45.165 | - | 1.064.147 |
| Edificações | 10 | 162.868 | 5.430.207 | - | 5.593.075 |
| Bens em imóveis de terceiros | 10 | 5.716.723 | 445.769 | (493.946) | 5.706.549 |
| Instalações | 10 | 534.444.471 | 12.513.207 | 89.209.376 | (763.809) |
| Móveis e utensílios | 10 | 2.721.227 | 26.512 | - | 2.747.739 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 5.828.805 | 441.069 | - | (909) |
| Equipamentos de informática | 10 | 22.690.022 | 3.358.378 | - | (155.406) |
| Obras em andamento | 97.168.561 | 91.842.896 | (88.755.430) | (65.484) | 100.190.543 |
| Participação financeira | 10 | 11.269.457 | - | - | 11.269.457 |
| Subtotal | 681.187.316 | 114.103.203 | - | (988.332) | 794.307.587 |
| (-) Amortização acumulada | (401.258.182) | (38.477.174) | - | 280.794 | (439.544.562) |
| Total do Intangível | 279.929.134 | 75.626.029 | | | 278.929.134 |
| Taxa de amortização % a.a. | Saldo inicial em 01/01/2023 | Adições | Transferências | Baixas | Saldo final em 31/12/2023 |
| Pesquisa e desenvolvimento | 10 | 166.200 | - | - | 166.200 |
| Terrenos | 10 | 1.018.982 | 45.165 | - | 1.064.147 |
| Edificações | 10 | 162.868 | 5.430.207 | - | 5.593.075 |
| Bens em imóveis de terceiros | 10 | 5.716.723 | 445.769 | (493.946) | 5.706.549 |
| Instalações | 10 | 534.444.471 | 12.513.207 | 89.209.376 | (763.809) |
| Móveis e utensílios | 10 | 2.721.227 | 26.512 | - | 2.747.739 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 5.828.805 | 441.069 | - | (909) |
| Equipamentos de informática | 10 | 22.690.022 | 3.358.378 | - | (155.406) |
| Obras em andamento | 97.168.561 | 91.842.896 | (88.755.430) | (65.484) | 100.190.543 |
| Participação financeira | 10 | 11.269.457 | - | - | 11.269.457 |
| Subtotal | 681.187.316 | 114.103.203 | - | (988.332) | 794.307.587 |
| (-) Amortização acumulada | (401.258.182) | (38.477.174) | - | 280.794 | (439.544.562) |
| | | | | | |

| | | | | | |
|---|---|--|--|--|---|
| -# continuação | | COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS | | | |
| | | PARECER DO CONSELHO FISCAL | | | |
| O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver tomado conhecimento e examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023, o Relatório da Auditoria Independente, Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, de 13 de março de 2024, e a proposta de destinação do Lucro Líquido, sendo de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e de gestão da COPERGÁS. | | | | | |
| AGUINALDO VYRATO DE MEDEIROS FILHO Membro efetivo do Conselho Fiscal | FERNANDO DE HOLANDA CAVALCANTI CORREA DE ANDRADE Membro efetivo do Conselho Fiscal | Recife, 27 de março de 2024 | NEWTON ROCHA CEREZINI Membro efetivo do Conselho Fiscal | BRUNO DO PRADO CASTILHO Membro efetivo do Conselho Fiscal | ALYNE VALENTIM MUNIZ Membro efetivo do Conselho Fiscal |
| RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | | | | | |
| Aos Conselheiros e aos Diretores da COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS - Recife - PE. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases: Alteração de acionista: Conforme descrito nas notas explicativas nº 1, em outubro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia S/A, uma cisão parcial, com a parcela cindida vertida para uma nova companhia denominada NORGAS S/A. Na parcela cindida vertida para a NORGAS estavam a totalidade das ações detidas pela Comitê na Copergás. Em razão desse fato, a NORGAS passou a ser acionista direto da Copergás, mantendo a composição acionária da Companhia. Nossa opinião não contém modificação sobre o assunto enfatizado. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluímos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriados e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Barueri, 13 de março de 2024. | | | | | |
| | | RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S 2 CRC RS 5.480/O-0 "T" SP Roger Maciel de Oliveira Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP Sócio Responsável Técnico | | | |
| | | Eser Helmut Amorim Contador - CRC 1SP 307.736/O-5 | | | |

Economia

VOOS INTERNACIONAIS

Azul retoma voos diretos do Recife para os EUA em junho

Companhia voltará a voar duas vezes por semana do Recife para a Flórida a partir de junho e vai intensificar suas operações em julho, com cinco voos semanais para atender à crescente demanda de clientes



DIVULGAÇÃO

Companhia voltará a voar duas vezes por semana de seu principal hub no Nordeste, no Recife, para a Flórida

ADRIANA GUARDA

A pós suspender os voos diretos partindo do Recife para Orlando e Fort Lauderdale, nos Estados Unidos, no dia 1º de março, a Azul anuncia a retomada das operações a partir de junho. De acordo com a companhia, a volta gradual começa a partir de 5 de junho, com previsão de retomada de 100% da normalidade em julho.

A Azul explica que o retorno das operações faz parte de um processo contínuo de ajuste de capacidade e me-

lhoria de desempenho para atender à crescente demanda de Clientes.

A partir do dia 5 de junho, os voos de Recife para Fort Lauderdale ocorrerão às quartas-feiras, às 09h10, pousando na cidade americana às 16h25. No sentido inverso, a aeronave decolará de Fort Lauderdale às 20h45, pousando em Recife às 05h30.

Já a operação entre o hub da Azul no Nordeste e Orlando ocorrerá às quintas-feiras,

às 08h50, pousando na cidade americana às 16h20. No sentido contrário, o voo sairá de Orlando às 20h45, chegando em Recife às 05h40.

MAIS VOOS

A partir de julho, os voos da capital pernambucana para Fort Lauderdale ocorrerão às quintas e sábados, com previsão de decolagem às 10h, pousando em solo americano às 17h15. No sentido contrário, a aeronave parte de

Fort Lauderdale às 21h15, chegando em Recife às 06h10.

Já a operação entre Recife e Orlando ocorrerão às terças, quartas e sextas, decolando da capital pernambucana às 10h e chegando na cidade americana às 17h30. No sentido inverso, os voos saem de Orlando às 20h30, pousando em solo brasileiro às 05h25.

"A Azul vem avançando fortemente na retomada de suas operações e na conectividade entre os países.

Estamos felizes por voltar a ter essas rotas, ligando novamente o nosso hub do Nordeste aos Estados Unidos", celebra Vitor Silva, gerente de Planejamento e Estratégia de Malha da Azul.

VENDAS JÁ DISPONÍVEIS

As vendas de passagens para esses destinos já estão disponíveis no site www.voeazul.com.br e em todos os canais oficiais da companhia.